

O poder de decidir.

Peypin d'Aigues, 22/1/80: Sintomas quanto à crescente impotência europeia para tomar decisões são numerosos. E podem ser constatados em pelo menos dois níveis: A tomada de decisões é problemática, quando as forças que convergem sobre a decisão são numerosas e contraditórias, o que caracteriza, aliás, toda sociedade dita "aberta". E a tomada de decisões é problemática, quando a implementação da decisão exige domínio sobre aparelho executivo complexo, o que caracteriza, aliás, toda sociedade dita "desenvolvida". A estes dois níveis decisórios se acrescenta, no caso da Europa, a progressiva diminuição da sua potência relativamente a centros de decisão extra-europeus. De modo que a conclusão parece impôr-se, segundo a qual a Europa estaria deixando de ser centro de decisões efetivas quanto ao seu próprio destino, e, a fortiori, quanto ao destino do resto da humanidade. Não fosse um desenvolvimento recente, o qual parece indicar que está surgindo um tipo de poder decisório inteiramente novo, e que terá por um dos seus centros a Europa.

Estou falando na dita "revolução dos chips", ou, mais elegantemente, no desenvolvimento dos semi-condutores. Trata-se de miniaturização de memórias cibernéticas, a qual permite armazenar e processar dados em espaço reduzido. Fios muito mais finos que cabelos humanos permitem que sejam neles processados dezenas de milhares de "bits", isto é: que sirvam como programas para instrumentos inteligentes. O programa de uma máquina de escrever inteligente, que pode automaticamente conduzir a correspondência de um escritório todo, ou de uma cosinha inteligente, que pode automaticamente preparar refeições variadas para uma família toda, não excede, em tamanho, o de uma unha de dedo. E, o que é ainda mais importante: tais programas miniaturizados não são apenas praticamente invisíveis, mas também muito baratos, e portanto acessíveis ao grande público. A invasão incipiente das fábricas, dos escritórios, e das casas particulares por tais "robôs" implica, por certo, em profunda modificação da vida quotidiana: a volta para uma espécie nova de produção artesanal deixou de ser utopia. Mas implica, ainda, em novo conceito de "poder decisório" que merece ser meditado.

Os instrumentos inteligentes vêm equipados com programas elasticamente adaptáveis aos propósitos dos compradores. A dona de casa que compra tesoura inteligente por, digamos, US\$ 1.000.-, pode cortar diversos tipos de ternos, roupas, saias e blusas. A decisão quanto ao modelo a ser produzido é da dona de casa. Mas tal decisão é tomada dentro dos parâmetros do programa da tesoura. De modo que, ao nível de consumo, a dona de casa é mais "livre" graças à sua tesoura: tem escolha maior de modelos que a oferecida pelo "pret-à-porter" nas lojas de moda. Mas ao nível da produção a sua manipulação da tesoura é programada pelo fabricante da memória da tesoura. Ao cortar, realiza uma das virtualidades previstas pelo programador da tesoura.

Por certo: o programa descrito é relativamente primitivo. Há programas abertos que "aprendem" na medida em que o instrumento é utilizado. O jogo de xadrez cibernético joga progressivamente melhor, porque aprende dos erros cometidos por ele em jogos precedentes. De modo que pode executar lances não previstos pelos seus programadores. Mas isto não confere maior poder decisório ao dono do instrumento inteligente. Pelo contrário: os lances do jogador humano de xadrez serão feitos em função de um programa em certo sentido não previsto por nenhum agente humano. O programa passa a funcionar com relativa autonomia. Embora tivesse sido, originalmente, elaborado por programador com determinado propósito: o de jogar bem xadrez, é o programa, e não o programador, que passa a ser parceiro do jogador humano. O fato da tesoura inteligente poder "inventar" novos modelos de blusas na medida em que a dona de casa a utiliza não torna a dona de casa "agente mais livre". Apenas aumenta o parâmetro de modelos dentro do qual a dona de casa escolhe o seu.

Se conseguirmos imaginar sociedade equipada <sup>com</sup> de tais instrumentos inteligentes, (chamemo-la "sociedade pos-industrial"), teremos imaginado sociedade programada em novo significado do termo. Sociedade que se sentirá essencialmente livre, porque disporá de grande liberdade de escolha, e porque os programas segundo os quais age serão praticamente invisíveis. O que importa para a compreensão de tal sociedade por enquanto imaginária é o desaparecimento da política no significado do termo costumeiro. "Política", no significado tradicional, é método para tomar decisões, e pressupõe "praça pública", (república), na qual as decisões são tomadas. Seja por diálogo, seja por imperativos. Pois a sociedade acima imaginada exclui toda praça pública, (seja feira ou mercado, seja parlamento, seja autoridade, seja tirania), porque os seus programas são elaborados em lugares privados, (nos laboratórios dos analistas de sistemas e programadores), e dirigem-se diretamente aos lugares privados dos consumidores, (fábricas, escritórios, casas particulares). O poder de decisão se terá despolitizado. Tal sociedade não será mais explicável e manipulável politicamente, mas ciberneticamente. Alií a raiz de "cibernética" é o verbo "kybernein", do qual também deriva a palavra "governo". Nada pois de surpreendente nisto.

A revolução dos "chips" que contêm, em germe, a sociedade acima imaginada está ocorrendo nos laboratórios das escolas superiores e das "multinaçionais" dos Estados Unidos, do Japão, e da Europa. E os primeiros instrumentos inteligentes estão saindo das linhas de montagem desses países. Estão saindo aos milhões, e estão se aperfeiçoando, barateando e miniaturizando. De modo que são estes países os lugares da programação futura da humanidade. Há, por certo, concorrência ferroz entre os vários estabelecimentos, e o motivo da concorrência não é apenas lucro, mas também a consciência do poder decisório imanente em tal desenvolvimento. A consciência que o ditado baconiano "saber é poder" se lê atualmente: "informação programada é po

der". Mas tal concorrência não deve ser exagerada. Há tendência para a colaboração entre os estabelecimentos francezes, inglezes e alemães, e entre estes e os estabelecimentos japonezes e americanos. Porque o campo é vasto e virgem, e não é racional repetir-se experiências já realizadas alhures. De modo que Japão, Estados Unidos e Europa estão formando um único contexto, a partir do qual irradiarão as decisões programadas a modelarem o comportamento da humanidade futura.

A visão oferecida por tal meditação é impressionante. Os paizes ditos "desenvolvidos" não mais fornecerão "know-how", (conceito este um tanto mole), mas programas de comportamento preciso, (conceito este bem duro). E se considerarmos quanto poder de decisão se esconde no termo "know-how", poderemos imaginar o poder inerente nos programas infimos, baratos e maleáveis. É difícil ~~de~~ resistir à tentação de politizar o problema, e perguntar: quem são os programadores, e quais os interesses aos quais servem? Mas embora tal pergunta seja pertinente, (com efeito: é ela a unica pergunta politicamente válida no futuro imediato), não atinge ela o núcleo do problema. Porque não importa quem programa os instrumentos inteligentes, e quem deles tira proveito: o que importa é que tais programas tendem a autonomizar-se. Se a nossa meta fôr a liberdade de decisões, não é politicamente, mas ciberneticamente que devemos analisar os programas. E isto exige atitude radicalmente nova.

Os programadores são gente que "transcende" decisões, mas trata-se de transcendência nova. Não é transcendência "metafisica", (como a proclamada pelos legisladores da Antiquidade), mas transcendência formal, metaprocessual: os programadores vêm a estrutura da decisão e do ato, e os programam de "fora". Se nossa meta fôr a liberdade de decisões, é tal transcendência formal que deve ser a nossa. Não mais devemos agir de "dentro" dos eventos, (politicamente, historicamente), mas de "fora", (pos-historicamente), como o fazem desde já os programadores. A dificuldade é precisamente esta: para salvar a liberdade, é preciso, atualmente, tentar transcender a liberdade. Há contradição nisto: salvar a política por atitude despolitizada. Mas a contradição não será inerente à situação humana?

No sentido tradicional, politico, historico, o poder decisitorio da Europa está declinando. Mas no sentido acima esboçado a Europa pode voltar a ser um dos centros da decisão, e de decisão tão radical que jamais pude ser sequer imaginada no passado. O dever do intelectual, (testemunha da cena), é o de tornar conciente o fato, com toda reserva mental que caso tão impalpável (ainda), exige.